RESUMO - ESTUDOS TEÓRICOS, DOCUMENTAIS E RELATOS DE EXPERIÊNCIA - POLÍTICAS PÚBLICAS NO CUIDADO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A INVISIBILIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA EM AVALIAÇÕES FUNCIONAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE BARREIRAS CAPACITISTAS ENFRENTADAS POR PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Jalon Barbosa De Medeiros (jalonbm@gmail.com)

Dandara Queiroga De Oliveira Sousa (dandaraqueiroga@uern.br)

André Felipe Da Silva Lima (af6106154@gmail.com)

Manuela Caroline Azevedo De Medeiros (manuela.medeiros.121@ufrn.edu.br)

Maria Clara Silva Santos (clara.santos.136@ufrn.edu.br)

Rosangela Kelly Felix De Souza (rosangelaa.a@hotmail.com)

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência promoveram importante mudança de paradigma ao substituírem o modelo estritamente biomédico pelo modelo biopsicossocial da deficiência. A partir dessa perspectiva, a deficiência passou a ser compreendida como resultado da

interação entre impedimentos de longo prazo e as barreiras sociais, institucionais e atitudinais que limitam a participação plena e efetiva do indivíduo na sociedade. Nesse contexto, o presente relato discute criticamente uma experiência de avaliação funcional envolvendo pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), analisando como mecanismos de camuflagem social e percepções capacitistas podem comprometer o reconhecimento institucional das barreiras enfrentadas. O objetivo do trabalho é refletir sobre os desafios da implementação do modelo biopsicossocial em avaliações institucionais destinadas ao reconhecimento da condição de pessoa com deficiência e à análise da necessidade de adaptações funcionais no ambiente laboral. O relato parte de experiência vivenciada por servidor público federal submetido à avaliação funcional destinada ao reconhecimento da condição de pessoa com deficiência e à análise da necessidade de adaptações relacionadas à redução da carga horária presencial ou à possibilidade de adesão ao teletrabalho. Embora a legislação brasileira reconheça expressamente a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, observou-se, durante a avaliação, postura marcada por desconfiança e dificuldade de reconhecimento das limitações e barreiras efetivamente enfrentadas no cotidiano profissional. A experiência evidenciou percepções estereotipadas acerca da deficiência, nas quais a necessidade de adaptação parece condicionada à demonstração evidente de incapacidades imediatamente perceptíveis. Destaca-se, nesse cenário, o fenômeno da camuflagem social, caracterizado pelo desenvolvimento de estratégias comportamentais de adaptação utilizadas por pessoas com TEA para reduzir estigmas sociais e aparentar padrões de comportamento neurotípicos. O mascaramento social, embora frequentemente desenvolvido como mecanismo de proteção contra exclusão e estigmatização, pode paradoxalmente dificultar o reconhecimento institucional das necessidades de acessibilidade e adaptação vivenciadas por pessoas com TEA. Durante a avaliação funcional, a capacidade de manutenção de atividade laboral e de interações sociais superficiais mostrou-se insuficiente para traduzir o intenso esforço adaptativo exigido para a sustentação desses comportamentos, frequentemente construídos mediante mecanismos contínuos de compensação social. O sofrimento relacionado ao esforço permanente de adequação comportamental permaneceu invisibilizado na avaliação, evidenciando

limitações de modelos avaliativos centrados predominantemente na observação imediata da funcionalidade aparente. Conclui-se que a implementação do modelo biopsicossocial ainda enfrenta importantes desafios institucionais, especialmente quanto à compreensão das especificidades da neurodiversidade e das deficiências não visíveis. A experiência relatada demonstra a necessidade de capacitação das equipes multiprofissionais responsáveis pelas avaliações funcionais, a fim de assegurar análises mais contextualizadas, sensíveis às barreiras atitudinais e compatíveis com o paradigma inclusivo previsto na legislação brasileira. Além disso, evidencia-se a importância de mecanismos institucionais de acessibilidade e adaptações razoáveis voltados à permanência laboral da pessoa com deficiência em condições dignas e igualitárias.

Palavras-chave: transtorno do espectro autista; lei brasileira de inclusão; avaliação biopsicossocial; inclusão.